

A Construção civil em Goiás e o emprego de recursos minerais

Luciana Gonçalves Tibiriçá

Da Universidade Federal de Goiás - Goiânia – GO – Brasil

luciana.tibirica@gmail.com

Resumo - O emprego de recursos minerais para a execução de qualquer obra de construção é primordial. À medida que a tecnologia avançou ao longo dos séculos as técnicas construtivas foram ajustadas e novos recursos empregados. Com o fim do período de extração basicamente aurífera em Goiás, novos minérios foram descobertos enquanto o estado configurava-se basicamente com uma estrutura rural e de produção agropecuária extensiva. A transição da capital, ocorrida nos primeiros trinta anos do século XX, deu novo fôlego à ocupação e também às indústrias e ao comércio goiano. A construção civil exerceu importante papel neste contexto, erguendo uma cidade que hoje responde por um grande centro populacional, conurbado com diversos municípios e agregando mais de dois milhões de habitantes. O uso dos recursos minerais, especificamente para a construção civil, nestes quase quatro séculos de ocupação foi alterado, o que motivou a busca por novas jazidas e processos construtivos. O atual momento da construção civil sugere a retração de investimentos e controle de oferta de imóveis, posto que aparentemente, um equilíbrio com a demanda se faz necessário.

Palavras-Chave: Construção civil. Recursos minerais. Goiás.

Introdução

O emprego de recursos minerais para a execução de qualquer obra de construção é primordial. À medida que a tecnologia avançou ao longo dos séculos, as técnicas construtivas foram ajustadas e novos materiais foram “descobertos”. Alguns, como areia, cascalho e argila continuam sendo empregados. O cimento surgiu em substituição ao adobe e o processo de caiação foi alterado, já que diversos tipos de revestimentos hoje são utilizados nas paredes das construções, além das tintas, já produzidas em complexos processos industriais que envolvem petroquímicos. Ainda tem-se o uso de ferro, cimento e estruturas pré-moldadas no lugar da madeira, por exemplo.

No início da ocupação das terras goianas, as construções simples e, de certa forma, temporárias, valiam-se dos materiais próximos, inclusive madeiras. Atualmente, com a elevada capacidade de produção e transporte de produtos, poucos são os materiais retirados nas áreas mais próximas das construções. Um destes materiais é a areia, abundante no estado de Goiás e também no Brasil.

A construção civil, enquanto atividade econômica, segue as determinações do mercado e, após muitos anos de um comércio aquecido, passa atualmente por um período considerado de crise, em todo o Brasil, posto que o ritmo das construções diminuiu, assim como a venda de imóveis, causando retração de investimentos e aumento nas despesas dos funcionários. Essa análise leva à ponderação de que a atual crise nesta atividade seja um equilíbrio entre demanda e oferta, característica dos mercados capitalistas.

O início da construção civil goiana

Quando do início da ocupação de Goiás, efetivamente a partir de 1722, as construções possuíam telhado de palha e pisos de “chão batido”. Para Lemos (1993) é evidente que, no começo, a tecnologia indígena prevaleceu e o tejupar de palha foi o primeiro abrigo do aventureiro, cabendo ao índio fornecer o material e ensiná-lo a fazer o rancho.

Após a identificação do ouro e da instalação das áreas de extração, a construção de abrigos mostrou-se importante. Esta nova condição trouxe consigo dificuldades aos desbravadores. A arquitetura característica das casas rurais paulistas, construídas com taipa de pilão, técnica de construção adaptada a terrenos planos, não pôde ser utilizada nas áreas recém descobertas devido à topografia. A solução veio com interferências portuguesas e adoção de técnicas adaptadas à região (clima, topografia, materiais existentes), produzindo uma arquitetura com características próprias e mais adequadas às exigências da região a ser ocupada (COELHO, 2007). Dentre estas técnicas estão estruturas como gaiolas de madeira e taipa de mão (pau a pique) e adobe para as paredes apenas como vedação.

À medida que a ocupação se intensificou, a maior parte das construções consideradas importantes ou mais requintadas, conforme descreve Coelho (2007) como os prédios públicos e as igrejas eram realizados em taipa; as residências eram construídas em adobe e taipa de mão (também conhecido como “pau a pique”). Em quase nenhuma construção goiana, nesta época, foram empregadas rochas. A madeira mais comum utilizada para fazer a estrutura (gaiola) das residências era a aroeira, assim como para o forro de madeira dos telhados e o tabuado largo dos pisos. As residências mais simples mantinham o piso de “chão batido” ou de seixos rolados. E as telhas eram feitas de argila coletada nas proximidades.

Coelho (2007) relata que para substituir o vidro nas janelas, valia-se de venezianas ou folhas de guilhotina, que eram feitas com caixilhos e vedadas com lâminas de malacacheta encontradas na região. Da mesma forma, a caiçação das paredes era realizada com material encontrado nas proximidades. A argila, também retirada das proximidades,

tinha importância nesta época porque era a base para a confecção da taipa e também dos telhados, que geralmente tendiam a ser em “duas águas”.

Hoffmann & Heise (2015) consideram que as origens da arquitetura e construção com terra no Brasil vieram, como muito da cultura brasileira, da combinação das principais técnicas usadas no Alentejo com aquelas trazidas pelos africanos agregando-se ainda o conhecimento dos índios. Pisani (2004) acrescenta que os negros trazidos ao Brasil também conheciam o adobe e também processos construtivos que utilizavam a terra, empregando estruturas preenchidas com barro, que apresentavam similaridades com as técnicas de algumas tribos indígenas brasileiras.

No final do século XVIII e início do século XIX, segundo Lemos (1993), os materiais de construção (excluída a areia, proveniente do fundo dos rios) eram importados, como explica o autor:

Vinham de fora até tijolos, tijolos laminados ingleses. O cimento e cal puros chegavam em barricas. Importavam-se ladrilhos, mosaicos, azulejos, telhas de Marselha, placas de mármore, de ardósia. E chapas de ferro, onduladas e galvanizadas. Chapas de zinco puro, de latão de cobre. Canos, tubos, manilhas. Gradis de ferro forjado ou fundido. Papel de parede. Vidro plano liso ou lapidado. Dobradiças, fechaduras, maçanetas. Tintas, betumes e mastiques. E até madeira, o celebrado “pinho de Riga”, que já vinha beneficiado por ferramentas industriais aqui nunca suspeitadas. Pinho de talhe doce, leve, perfumado e isento de bichos daninhos (Lemos, 1993, p.101).

Para Lemos (1993), o que possibilitou essa repentina invasão de novidades foi o frete barato ou nulo, que cobravam os navios aqui chegados, para voltarem plenos de riquezas (borracha, açúcar, couro, peixe seco, cacau e café). Entretanto, tais avanços arquitetônicos pouco foram observados em Goiás. Isto porque, a arquitetura urbana e rural dos séculos XVIII e XIX no interior goiano não sofreu modificações relevantes durante aproximadamente 250 anos, como lembra Lemos (1999), assim como as técnicas e materiais empregados.

Com o afluxo populacional intensificado pela descoberta de diversas minas de ouro, Coelho (2007, p.44) informa que “a taipa é abandonada pela necessidade de controlar custos, diminuir o tempo de obra e promover um modelo urbano”, posto que o modelo paulista de ocupação do espaço era considerado rural naquela época. Este “modelo urbano” é contestado pelo próprio Coelho (2007, p.89) já que os aglomerados se originavam no próprio local de exploração, junto aos cursos de água de onde era extraído o ouro, diferenciando a ocupação do espaço pelos negros nas proximidades do trabalho e o dos brancos um pouco mais afastado e na medida do possível, em local mais plano e topograficamente mais elevado, assim como os prédios públicos e igrejas.

O fato de terem se formado nas localidades onde o ouro foi encontrado, fez com que os arraiais ficassem dispersos na província, dependentes da localização do metal, o que

gerou isolamento entre si. A conexão entre eles ocorria por caminhos entre as fazendas. Lioiola (2008, p.33) destaca que a via preferencial, apesar de ilegal, para transferir os escravos recém-chegados da África nos portos baianos às minas goianas era o denominado “Caminho do Sertão”, por apresentarem clima ameno e diversas fazendas de gado ao longo do que serviam de pouso. O caminho indicado pelas autoridades seria o “Caminho Novo”, que saía de São Paulo e Rio de Janeiro e cruzava a úmida e arriscada Mata Atlântica. Desta forma, a Capitania era cruzada por diversos caminhos, porém, à época de sua ocupação, não havia qualquer interesse em tomar uma região visando torná-la próspera. O único interesse era o escoamento da produção (ouro e produtos alimentícios) e também o contrabando de ouro e pedras preciosas.

Com o declínio da produção aurífera e a população voltando-se à produção pecuária, o uso da mão de obra também foi alterado. Funes (1986) esclarece que a crise econômica provocou a passagem da economia goiana da mineração para a produção agropecuária de pouco excedente e que isto gerou uma série de alterações na Província, como a reestruturação fundiária, alterações na produção agrícola e pecuária e também na população, com a diminuição no quantitativo de escravos.

A produção nas fazendas sempre existiu posto que a alimentação, obviamente, é um item de primeira necessidade. Entretanto, a produção da província, tanto de agricultura quanto pecuária, nesta época era voltada para consumo interno e não estimulada pelo governo, focado exclusivamente na extração mineral. A crise na mineração trouxe a crise também para os agricultores, que perderam mercado, já que os mineradores não podiam mais pagar pelas mercadorias. Esta dificuldade obrigou o governo a mobilizar-se em prol da agricultura, mesmo que desprendendo muito tempo e recursos exigindo a comercialização com o Pará. As atuações governamentais foram insatisfatórias e não conseguiram dinamizar a agropecuária.

Neto (2006) considera que o peso da administração colonial e o rigor das leis que recaíam sobre a população, principalmente a cobrança dos dízimos, que não estimulavam qualquer iniciativa relacionada com a produção do campo e que, assim como hoje, os impostos são desestimuladores para os pequenos produtores. O mesmo autor ressalta ainda que a distribuição das terras não foi realizada de modo a promover pequenas propriedades camponesas e sim oligarquias em latifúndios, o que possibilitou, mais recentemente, a geração de movimentos camponeses revoltosos como o de Trombas e Formoso, ocorrido no norte do Estado entre os anos de 1950 e 1957.

A migração de paulistas e mineiros para as regiões Sul e Sudoeste de Goiás a partir da década de 1830, como relata Funes (1986, p.77), “foi importante para a economia goiana, porém insuficiente para torná-la competitiva”. Ao longo do Vão do Paranã havia uma bem

adaptada pecuária, como descreve Bertran (2010), que estabelecia negócios com os estados da Bahia e o Pará, devido sua proximidade, mas que também não produzia o suficiente para além de sua subsistência.

O “Goiás Rural” manteve-se praticamente abandonado até o início do século XX, quando pensou-se na transferência da capital. De certa forma, a construção de Goiânia acabou por tornar-se um marco na transição da construção civil em Goiás.

A construção civil goiana nos séculos XX e XXI

A transferência da capital era um desejo da administração pública de desde o século XVIII, fato constando nas Constituições do Estado (1891, 1898 e 1918) (PALACÍN & MORAES, 2008).

A situação considerada ideal se deu com a Revolução de 1930, por diversas questões, com a possibilidade de aniquilar a oligarquia deposta e trazer “desenvolvimento” ao estado. Acrescento a esta discussão o fato anotado por Neto (1982), de que quase dois séculos após a criação da Capitania, a área do atual Estado de Goiás possuía apenas 52 cidades (a maioria delas sem o mínimo de conforto urbano) e 88 vilas, ou seja: 140 pequenas aglomerações abrigando apenas 18% da população goiana, que era de pouco mais de 800.000 habitantes.

Palacín & Moraes (2008) consideram que o tão desejado “desenvolvimento” foi possível porque houve abertura de novas estradas entre municípios e também ligando Goiás a outros estados, o que favoreceu a migração além de aumentar e diversificar os serviços, como colégios e faculdades, bancos, hospitais e comércio, por exemplo.

Para divulgar a nova capital, o governo de Pedro Ludovico Teixeira distribuiu cartazes pelo Brasil informando a possibilidade de negócios, como a venda de lotes. Os autores informam que, para o governador, uma das necessidades de haver uma capital mais “centralizada” seria a possibilidade de desenvolver um estado rico em reservas naturais. Entretanto, nesta época, os materiais de construção, como cimento, aço e ferro eram importados e chegavam puxados por carros de boi. Areia e argila eram retirados, muito provavelmente, nas imediações das construções.

Em 24 de outubro de 1933, foi lançada a pedra fundamental da futura capital, com mudança provisória em 1935 e transferência definitiva em 1937 de acordo a narrativa de Palacín & Moraes (2008). Em julho de 1942, quando foi realizado o “batismo cultural”, Goiânia contava com mais de 15mil habitantes. A grande campanha em prol da ocupação da nova capital, assim como a construção de Brasília, foi outro fator que colaborou para o aumento da população goianiense. Estes fatores resultaram em um crescimento

demográfico inesperado, assim como a expansão urbana. Posteriormente, a ampliação do sistema rodoviário com o traçado de novas rodovias viabilizado pelo Plano Rodoviário Nacional, possibilitou a reocupação de arraiais que haviam ficado esquecidos, como Corumbá de Goiás, por exemplo. Bertran (1988) destaca também o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, realizado entre os anos de 1975 e 1977, cujo objetivo era a integração nacional a partir do desenvolvimento de infraestrutura urbana.

Toda esta mobilização em prol do desenvolvimento de duas cidades que haviam sido criadas mobilizou grande esforço empresarial busca dos materiais de construção e ainda de mão de obra para a realização destas tarefas desde a década de 1940 até seu ápice, na década de 1970.

De acordo com SINDUSCON (2015) em 1940 havia 3.349 construções, excluindo-se logradouros públicos e pontos de diversão. Em 1944, com aproximadamente 32.000 habitantes, o Estado proibiu a instalação de novos loteamentos por cinco anos e aprovou o primeiro Código de Edificações de Goiânia em 1947, com o objetivo de tentar ordenar o crescimento urbano, a partir do zoneamento e ampliação da área de expansão urbana.

Entre os anos de 1950 e 1964 houve um grande aumento no número de loteamentos realizados pela iniciativa privada, isto porque até 1950, o ônus da infraestrutura cabia ao loteador que depois passou a ser responsabilidade do Estado. Entre 1964 e 1975 houve novo impulso nos loteamentos, marcados pelo crescimento populacional (Figura 1), chegando a ocupar 45.000 operários e mestres de obra na construção civil e 1.500 engenheiros, o que propiciou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), visando corrigir distorções urbanísticas identificadas e algumas de maneira preventiva. O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (SINDUSCON-GO) afirma que na década de 1970 foram emitidas 466 licenças para construção e 1.432 licenças de “Habite-se”, destas 801 para casas e 631 para apartamentos (SINDUSCON, 2015).

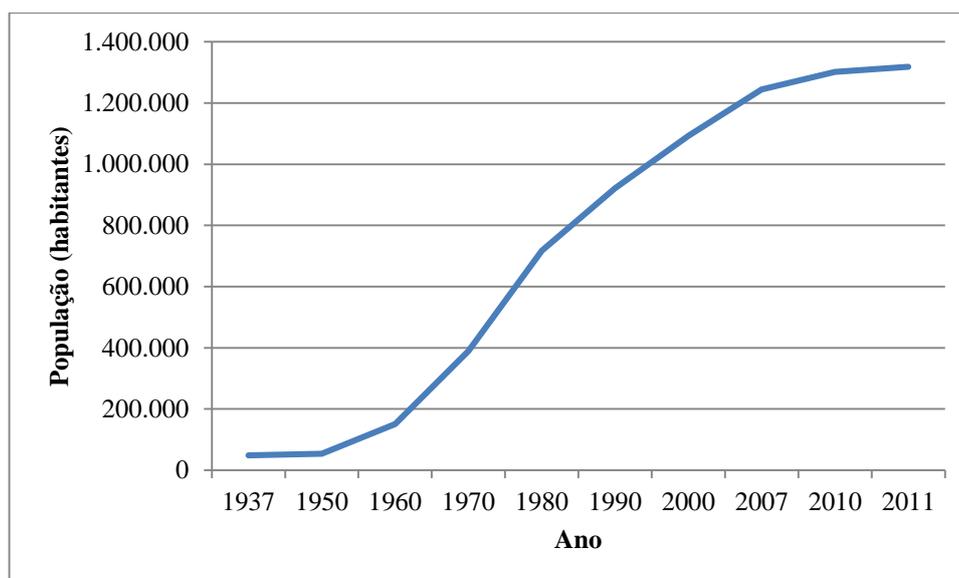


Figura 1 – Aumento populacional do município de Goiânia.

Fontes: Rodrigues (2015); IMB (2105).

As melhorias ao Estado vinham à medida que o mesmo se tornava mais forte. Na década de 1950, foi criado o banco do estado e também a companhia de energia elétrica. A indústria da construção civil considerada no Censo Industrial de 1940 (IBGE, 2015) abrigava três empresas e dez operários enquanto no censo de 1950 foram declaradas 10 empresas e 955 operários. A partir de 1960 (IBGE, 2015), esta informação foi distribuída nas indústrias de transformação mineral, metalurgia dentre outras. Considerando os aspectos da construção civil ligados diretamente à mineração, estão os minerais não metálicos (com 26 empresas e 96 operários) e a indústria de transformação dos mesmos (britamento de pedras, rochas ornamentais como mármore e granito, ardósias, cal, telhas tijolos, material cerâmico, cimento, peças e estruturas de cimento, gesso e fibrocimento/amianto), com 368 empresas e 1.789 operários, a maior parte concentrados em indústrias de telhas e tijolos (705), material cerâmico (613) e cal (176).

Na década de 1970 as indústrias ligadas à extração de minerais não metálicos diminuíram para 16, porém concentrando 654 operários (IBGE, 2015). Deste total de indústrias, 12 eram voltadas exclusivamente extração de pedras para emprego na construção civil. Já as indústrias de transformação destes minerais, diminuíram de 368 para 225 e, da mesma forma, aumentaram a quantidade de pessoal empregado (de 1.789 para 2.529). A maior parte dos indivíduos (975 operários) estava empregada nas indústrias de telhas e tijolos, seguidas de 515 pessoas nas empresas de material cerâmico e 359 operários nas indústrias de peças e estruturas de cimento, gesso e fibrocimento/amianto, que aumentaram de 10 para 19 nesta década.

A partir da década de 1970, estas indústrias cresceram em número e quantidade de pessoal registrado. Tanto que no censo industrial de 1990, Goiás contava com 7.193 pessoas ligadas diretamente as 55 empresas de construção civil, de acordo com o banco de dados SIDRA (IBGE, 2015). Nestes últimos quarenta anos, tanto Goiás como Goiânia cresceram economicamente e demograficamente, passando de 3.860.174 habitantes no Estado e 717.519 em Goiânia em 1980 para 6.003.788 habitantes no Estado e 1.302.001 habitantes em Goiânia (IMB, 2015). A mudança foi mais efetiva a partir dos anos 1990, com a conurbação dos municípios Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e mais recentemente Goianira com Goiânia, conforme Arrais (2012), originando o estabelecimento da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) pela lei complementar nº 27/1999.

Visando abastecer toda esta demanda, a indústria extrativa de materiais para a construção civil manteve seu crescimento não só em Goiás, mas em todo o Brasil, formando uma cadeia de produção sólida. Nos primeiros anos do século XXI, a demanda aumentou incrivelmente a partir dos incentivos governamentais para moradias, como o programa “Minha Casa Minha Vida”, que alterou o modo de vida de milhares de brasileiros, quanto para infraestrutura (imóveis empresariais próprios ou para locação, estradas, sistemas de transporte municipal, as grandes estruturas construídas para a Copa do Mundo de 2014 e também para as Olimpíadas de 2016, dentre diversas outras).

O avanço da construção civil entre 2003 e 2015 pode ser avaliado por meio das informações de admissões e desligamentos feitos, para o Estado de Goiás, ao Ministério do Trabalho, via Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (2016), e apresentados na figura 2. Tanto admissões quanto desligamentos tiveram grande aumento a partir de 2007 e vem sofrendo quedas bruscas desde 2013. Acredita-se que esta diminuição seja decorrente da recessão econômica, que inviabilizou a manutenção de investimentos governamentais a seus programas de financiamento habitacional assim como também da diminuição do ritmo de crescimento, posto que o mercado iniciou uma saturação em imóveis.

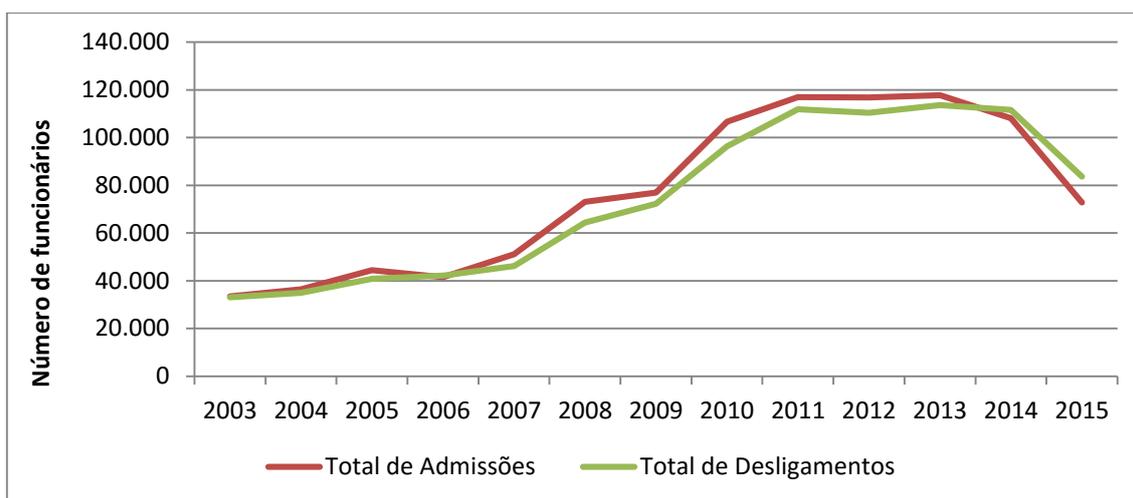


Figura 2 – Dados admissionais e de desligamento de funcionários da construção civil entre 2003 e 2015 para o Estado de Goiás. Fontes: MTE/CAGED (2016).

Considerando, de todas as matérias primas vindas da mineração e utilizadas para a construção civil, apenas a areia, por ser a base de toda a construção civil (Figura 3), é possível observar que as solicitações de extração de areia em Goiás ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)¹ tiveram um franco crescimento desde 2008 em praticamente todos os tipos de aproveitamentos mineral², mostrando sua grande empregabilidade e que mesmo com a diminuição de postos de trabalho na construção civil, o mercado areeiro continua crescendo, chegando a ser o minério com maior quantidade de títulos de lavra (Concessão de Lavra, Registro de Licença, Registro de Extração e Permissão de Lavra) do Estado de Goiás no ano de 2014 (46,89%), segundo DNPM (2015).

A areia possui empregos diversos, além da construção civil (cimento, olarias, tintas, argamassas, dentre outros), é empregada na produção do vidro (areia de fundição), em filtros de água, paisagismo, ferrovias, dentre outras. Este fato garante mercados diferenciados e certa facilidade em resistir a períodos de baixa demanda, o que explicaria o aumento no número de solicitações ao órgão controlador de títulos minerais.

¹ Órgão responsável pela regulação da extração mineral no Brasil.

² O Código de Mineração brasileiro vigente (Decreto-Lei nº 227/ 1967) determina em seu Capítulo I, art. 2º, que os regimes de aproveitamento das substâncias minerais são cinco: concessão, autorização, licenciamento, permissão de lavra garimpeira e monopolização. A Guia de Utilização é um instrumento utilizado pelo minerador para planejar a lavra, mediante justificativa técnica, que o permite extrair e comercializar o minério antes da Concessão de Lavra.

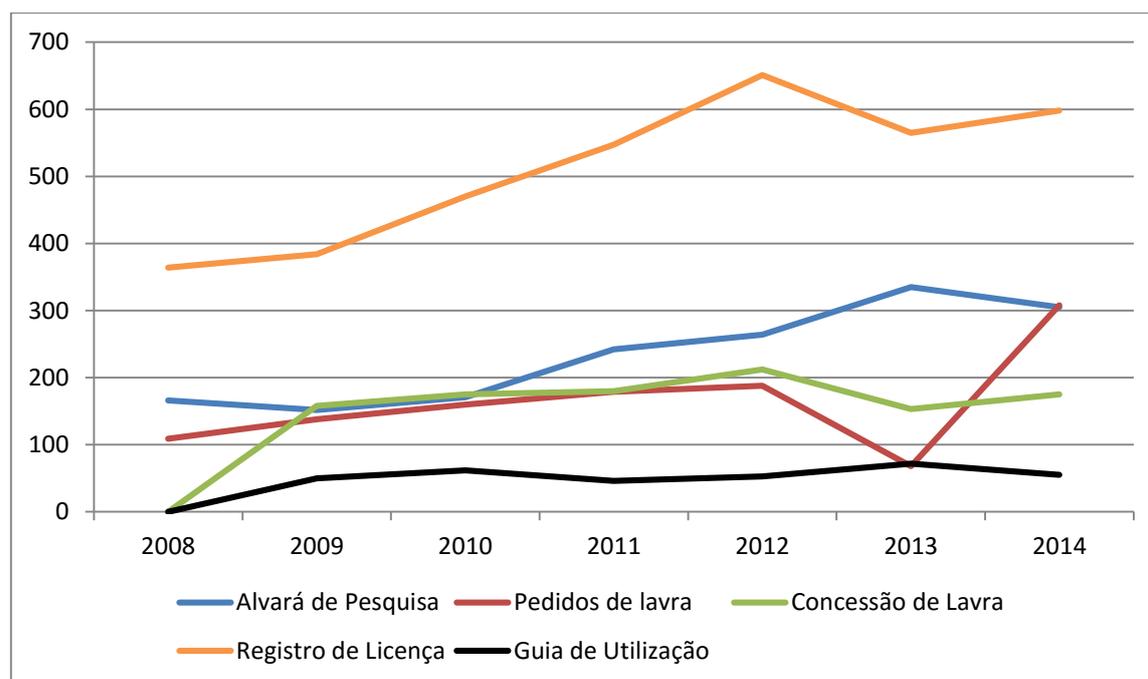


Figura 3 – Solicitações de extração de areia realizadas ao DNPM entre 2008 e 2014.
Fontes: DNPM (2015).

Considerações Finais

O Estado de Goiás segue crescendo, com avanços em todas as áreas, deixando cada vez mais para trás seu passado de fonte de extração mineral e posteriormente apenas rural de subsistência, passando a um estado modernizado, com indústrias diversificadas e dos mais variados tamanhos.

A construção civil iniciou a primeira década do século XXI em ritmo acelerado, aproveitando o momento econômico mundial. A partir da metade da segunda década, com grande parte da demanda atendida, em todas as classes sociais, a construção civil inicia um período de equilíbrio entre demanda e oferta e não uma crise propriamente dita. O atual momento econômico do país a princípio, mascara uma análise mais profunda das nuances específicas deste setor.

O mercado da construção civil está ligado, historicamente, às feições conjunturais, o que o fez resiliente ao sistema econômico, mesmo padecendo nos períodos de baixa demanda. O mesmo acontece com os produtos cuja cadeia produtiva tenha parte inserida neste mercado, que precisam se adequar de modo a também equilibrar oferta e demanda. Ficam menos restritos às leis de mercado, aqueles minérios que possuem maior amplitude de usos, como a areia; o que não significa que seja um negócio livre de eventuais quedas nas vendas.

La construcción civil en Goiás (Brasil) y el empleo de recursos minerales

Resumen: El uso de los recursos minerales para la ejecución de cualquier obra de construcción es de suma importancia. A medida que la tecnología ha avanzado a lo largo de los siglos, las técnicas de construcción fueron ajustadas y nuevos recursos empleados. Con el final del período de extracción aurífera, básicamente, en Goiás, nuevos minerales fueron descubiertos mientras que el Estado se configuraba básicamente como una estructura rural y de la producción agropecuaria extensiva. La transición de la capital, que se produjo en los primeros treinta años del siglo XX dio un nuevo impulso a la ocupación y también a las industrias y al comercio goiano. La construcción civil desempeñó un papel importante en este contexto, levantando una ciudad que representa en la actualidad un gran centro de poblacional, conurbado con varios municipios y agregando más de dos millones de habitantes. El uso de los recursos minerales, específicamente para la construcción civil, pasados casi cuatro siglos de ocupación fue alterado, lo que llevó a la búsqueda de nuevos yacimientos y procesos constructivos. El actual momento de la construcción sugiere la disminución de las inversiones y de control de oferta de los inmuebles, ya que al parecer un equilibrio con la demanda es necesario.

Palabras clave: construcción civil; los recursos minerales; Goiás.

Referências

Arrais, T.P.A. - **A escala de análise metropolitana em questão: considerações sobre o processo de metropolização.** Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 24 (2012), p. 4-23.

Bertran, P. – **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783.** Goiânia: ICBC. 2ª Ed. 2010. 216p.

Bertran, P. – **Uma Introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil.** Brasília: CODEPLAN; GO: UCG. 1988. 148p.

Coelho, G.N. – **Arquitetura da Mineração em Goiás.** 2ª ed. rev. e atual. Goiânia: Trilhas Urbanas. 2007.102p.

Departamento Nacional da Produção Mineral – **Sumário Mineral 2014.** Abril/2015. Disponível em <www.dnpm.gov.br> Acesso em 08/07/2015.

Funes, E.A. – **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária.** Goiânia: Ed. UFG. 1986. 176p.

Hoffmann, M.V.; Heise, A.F. – **Consolidação da taipa de pilão.** Disponível em <<http://www.taipal.com.br/wp-content/uploads/2015/03/consolidacao.pdf>> Acesso em 28/09/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).** Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 14/12/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – **Censo Industrial de 1950.** Disponível em <<http://archive.org/stream/censo1950vol30t1go#page/n0/mode/2up>> Acesso em 23/11/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – **Censo Industrial de 1960**. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/censoindustrial/Censo%20Industrial_1960_MT_GO.pdf> Acesso em 23/11/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – **Censo Industrial de 1970**. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/101/ci_1970_v4_t23_go.pdf> Acesso em 23/11/2015.

Instituto Mauro Borges (IMB) – **Goiás em Dados**. Disponível em <<http://www.imb.go.gov.br/pub/Godados/2014>> Acesso em 19/10/2015.

Lemos, C. - **Transformações do espaço habitacional ocorridos no arquitetura brasileiro do século XIX**. Anais do Museu Paulista. Nova Série. Nº1. 1993. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1.pdf>> Acesso em 28/09/2015.

Lemos, C. – **Casa Paulista**. São Paulo: EdUSP, 1999. 264p.

Loiola, M. L. – **Trajatórias Atlânticas, percursos para a liberdade: Africanos e descendentes na Capitania dos Guayazes**. Dissertação de Mestrado/ Universidade Federal de Goiás: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. 2008. 146p.

Ministério do Trabalho e Emprego/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – **Estatísticas das Bases de Dados MTE**. Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>> Acesso em 01/02/2016.

Neto, A.T. – **Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos**. Boletim Goiano de Geografia. 2(2):137-163. Jul/Dez. 1982.

Neto, A.T. – **Pequena história da agropecuária goiana (O ouro acabou? Viva o boi!/ O ouro se foi? Chegou o boi!)**. Observatório Geográfico de Goiás. 2006. Disponível em <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/teixeira_netto_ant_nio_pequena_hist_agropecu_ria.pdf> Acesso em 11/11/2015.

Palacín, L.; Moraes, M.A.de S. – **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Ed. da UCG/ Ed. Vieira. 7ª Ed. 2008. 184p.

Pisani, M.A.J. – **Taipas: a arquitetura de terra**. Sinergia, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09-15, jan/jun. 2004. Disponível: <http://www2.ifsp.edu.br/edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2004_n1/pdf_s/segmentos/artigo_01_v5_n1.pdf> Acesso em 28/09/2015.

Rodrigues, J.M. - **Dinâmica populacional de Goiânia: o crescimento das regiões na década de 1990**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj8/05.htm>> Acesso em: 14/12/2015

SINDUSCON – **SINDUSCON 60 anos**. Disponível em <www.youpublisher.com/p/118056-Sinduscon-GO-60-Anos/> Acesso em 12/11/2015.

Sobre a autora

Luciana Gonçalves Tibiriçá – Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás

Recebido para avaliação em janeiro de 2016.

Aceito para publicação em maio de 2016.